FAMÍLIA E ESCOLA, UMA INTERAÇÃO NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANDREIA CRISTIANE QUINA

RESUMO

Esse estudo teve como finalidade investigar a real importância da participação da família no processo de ensino do ser e do saber. A partir da daí, promoveu-se uma reflexão sobre o papel e as responsabilidades das instituições de ensino no processo de ensino aprendizagem na sociedade contemporânea, chamando atenção especial para a participação da família nesse sistema. Através da pesquisa bibliográfica, avaliou se dentre todos os conflitos enfrentados pelas instituições escolares nos dias de hoje, a

ausência familiar seria um dos maiores obstáculos da educação. Para desenvolver este estudo buscou-se conhecer a história da educação no Brasil, as definições de educação e o entendimento do processo de ensino aprendizagem refletindo a importância da participação da família. Em seguida, uma definição sobre os tipos de educação reforçou o entendimento de que as relações familiares e sociais influenciam o desenvolvimento dos indivíduos. Ao final da pesquisa, inferiu-se que a interferência da família é indispensável no processo de ensino aprendizagem, pois as características sociais são herança da educação familiar, uma vez que ela é a base para a construção de uma sociedade. Então, propôs-se um novo rumo para a escola ultrapassar o tradicionalismo e se adaptar às mudanças da sociedade chegando à reflexão de um novo paradigma contemporâneo em que escola e família não podem continuar separadas e que a escola é, atualmente, a grande responsável por estudar meios e métodos para essa aproximação.

Palavras chaves: Família. Escola. Interação.

INTRODUÇÃO

A busca de uma harmonia entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tem como foco a formação de um indivíduo autônomo. Essa harmonia entre escola e família baseia-se na divisão do trabalho de educação de crianças, jovens e adultos, envolvendo expectativas recíprocas. Tradicionalmente, a família tem sido apontada como parte fundamental do sucesso ou fracasso escolar.

Esse estudo considera em primeiro lugar que o ser humano aprende o tempo todo, nos mais diversos interesses que a vida lhe apresenta, o papel da família é essencial, pois é ela que determina, desde cedo, o que seus filhos precisam aprender, quais são instituições que devem frequentar, o que é necessário saberem para tomarem as decisões que os beneficiem no futuro.

Em segundo plano, mas não o menos importante, é considerado que às mudanças na sociedade contemporânea, que introduziu a mulher no mercado, dificultou o trabalho de acompanhar as atividades escolares do filho: auxílio na realização das tarefas e trabalhos, tomada de conteúdo para provas e exames, mas não impedem que a família exerça o papel de autoridade responsável por estabelecer os limites que fortalecem a autoconfança do filho e sua capacidade de discernimento do certo e errado e que a escola, através do PPP, deve criar novas dinâmicas que atraiam e incitem a participação familiar no contexto educativo formal necessário para amenizar os conflitos inerentes ao afastamento familiar da educação escolar.

Qual seria a real importância da participação da família no processo de ensino do ser e do saber? Tentando esclarecer essa questão, buscou-se compreender um pouco da história da educação no Brasil, os papéis da escola e da família no processo de aprendizagem e na construção da identidade pessoal do aluno.

O incentivo a escolha do tema se deu pela observação do contexto atual de alunos de escolas particulares e públicas brasileiras onde a repulsa pela arte de pensar, baixa autoestima, dificuldade de interação social e falta de projetos de vida intrigam pais, professores, gestores escolares e todos os que desejam conhecer mais da personalidade humana e elevar a qualidade da educação nas escolas.

Sem muitos estudos, é possível observar em famílias das mais diversas classes sociais que as mães que acompanham o aprendizado e o rendimento escolar do filho, que organizam seus horários de estudo, verificam o dever de casa, conhecem os professores e frequentam as reuniões escolares sempre que possível, reclamam menos do desempenho da escola em educar seus filhos. É possível constatar, também, que os filhos desses pais absorvem o conteúdo com mais facilidade, administram melhor seu tempo, articulam sua aprendizagem e interagem socialmente com mais sucesso ou menos conflitos.

É possível observar, também, que as escolas que ainda não exercitam o planejamento participativo e democrático da comunidade escolar têm grandes problemas com a ausência familiar no cotidiano dos filhos. Diante deste fato, percebe-se que a figura do

diretor escolar tem grande responsabilidade pelo isolamento familiar na educação. Percebe-se, que, no dia a dia dessas instituições escolares, algumas questões fundamentais para o processo de ensino aprendizagem são negligenciadas, dentre elas, a afetividade, que se materializa na relação com o outro e consigo mesmo e que é influenciada pela relação no dia a dia, pelo diálogo que atende e envolve todos os problemas e dificuldades no campo profissional, econômico, social e humano.

Parece que a grande necessidade de pais e escolas manterem um diálogo próximo e profundo pode ser a causa de problemas que atravancam o dia a dia da educação, uma vez que, reconhecer ideias e sugestões, pesquisar, buscar, refletir e trocar experiências sobre os problemas é o modo mais fácil de encontrar soluções para estes e torná-los significativos para todos. Diante dessa deficiência facilmente observada, investigar as representações sociais relacionadas à qualidade do ensino aprendizagem partilhadas pelas duas principais instituições de ensino – família e escola - poderá estreitar seus laços para o bem da aprendizagem: o domínio das habilidades, o desenvolvimento das competências e o desenvolvimento afetivo e cognitivo.

O objetivo maior desse estudo está em investigar o papel e as responsabilidades das instituições de ensino no processo de ensino aprendizagem na sociedade contemporânea, chamando atenção especial para a participação da família na aquisição do saber e do ser. Ao término dessa pesquisa pretende-se esclarecer que apesar das dificuldades em se educar numa sociedade em constante transformação, há sempre um atalho a ser tomado para que a aprendizagem e o desenvolvimento das competências necessárias para a articulação social não fquem comprometidas. Especificamente, pretende-se identificar as possíveis causas da ausência dos responsáveis diretos no acompanhamento da aprendizagem e atitudes dos filhos. Investigar estratégias para aproximar a família da escola e repensar uma nova forma de educação que envolva a escola e a família.

Através da pesquisa qualitativa baseada na literatura de estudiosos da área, avaliou se dentre todos os conflitos enfrentados pelas instituições escolares no processo educacional nos dias de hoje, a ausência ou negligência dos responsáveis diretos pelos filhos no dia a dia escolar seria um dos maiores obstáculos da educação.

Com o objetivo de identificar quais estratégias pais e educadores poderão adotar para otimizar sua parceria e elevar a qualidade do ensino aprendizagem de modo a evitar que crianças e jovens se comportem de forma alienada no processo de ensino aprendizagem, este trabalho terá fns exploratórios amparados pelas literaturas de diversos estudiosos da área.

Em suma, acredita-se que com a compreensão aprofundada do relacionamento e comunicação entre a instituição escolar e os responsáveis pelos educandos, levantar-se-ão sugestões para esmerar essa parceria e desenvolver nas estudantes qualidades pessoais, os pilares da educação, que são indispensáveis para a era da informação na qual vivemos.

A IMPORTÂNCIA DO LIMITE E A RECONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO FAMÍLIAESCOLA

Já existem estudos comprovando que quando a família participa, interage com a escola, envolve-se com as atividades escolares, o rendimento escolar do educando é mais satisfatório. Por exemplo, um estudo feito por Coleman percebeu que:

> ...a escola exerce pouca influência no desenvolvimento da criança que possa ser considerada independente de seu contexto social maior. Nestes, estão incluídos os pais, como a sociedade na qual a criança cresce (1966, p.325).

A instituição escolar contemporânea tem que se preparar para enfrentar os desafos que o mundo exterior está proporcionando no meio familiar, essa situação acaba gerando uma série de sentimentos conflitantes, não só entre pais e flhos, mas também entre os próprios pais e a escola.

A saída da mãe para o mercado de trabalho, que é a figura central na educação dos seus flhos, é um dos fatores que tem abalado essas estruturas. As relações de amor, confança, segurança, relacionamento social são construídos no decorrer do cotidiano, em um determinado tempo histórico e um delimitado espaço físico. A mãe trabalha e possui grandes responsabilidades, muitas vezes não dispõe do tempo necessário para estabelecer uma relação com seu flho e educá-lo.

Embora haja inúmeros motivos para pais e responsáveis não participarem da vida escolar de seus flhos, Itiba (2002, p.36) e Steinberg (2005, p.52) destacaram alguns deles. A saída de casa para o trabalho seria o principal deles e o mais fácil de ser constatado. Em consequência a falta de tempo, a não participação aprofunda-se de tal forma que eles passam a colocar em segundo plano a vida dos flhos, o que aqui incluísse as atividades escolares. Itiba (2002, p.36), quanto às questões do trabalho, assegura que tem mudado de forma significativa, mas que “a velha divisão de papéis insiste em se manter: o pai trabalha e por isso não precisa participar da educação das crianças...

mesmo que a mãe trabalhe fora”. Nesse confito familiar, a criança, o adolescente,

o jovem estudante aproveita a situação para ficar cada vez mais distante dos estudos.

Segundo Steinberg (2005, p.52), os pais que não participam da vida dos filhos é porque não sabem como fazê-lo. Muitas vezes, desconhecem o nome do professor da escola, ou o nome de seus amigos, ou que matérias estão estudando em determinado período. A simples falta dessas informações corriqueiras, que deveriam fazer parte da rotina familiar, pode prejudicar todo o processo de ensino. E mesmo assim, muitos pais ainda delegam à escola a responsabilidade pela formação ética e moral de seus filhos. A impressão é que não é excesso de confança nos professores e profssionais escolares, mas negligência explícita de suas responsabilidades. Isso se confrma pelas palavras de Di Santo (2006), em seu artigo Família e Escola: "uma relação de ajuda relata que atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos inserindo-os na sociedade."

Diante disso, vê-se nas escolas a necessidade de um trabalho diferenciado, maior necessidade de atenção, regras e afeto pela carência dos alunos diante da perda de referências e de valores implicadas pela distância familiar. Essa ausência de referências e valores muitas vezes vem intrincada na falta de limites, cujo verdadeiro signifcado vem motivando e intrigando muitos pensadores e críticos em educação sobre o seu verdadeiro conceito e suas transformações no decorrer dos tempos.

Segundo Paulo Freire (2000, p.29) falta de limites é derivado de um comportamento compassivo dos responsáveis sobre a educação do filho que se deduz numa afronta para a sociedade. Com suas palavras: "A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a tirania da liberdade em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade (PAULO FREIRE,

2000, p. 29)."

Segundo Piaget, entende-se que a questão dos limites está relacionada ao desenvolvimento da moralidade na criança, sendo que este depende das relações sociais vivenciadas pela criança.

As relações de respeito unilateral e de coação, que se estabelecem espontaneamente entre o adulto e a criança, contribuem para a constituição de um primeiro tipo de controle lógico e moral. Do ponto de vista intelectual, o respeito que a criança tem pelo adulto tem por efeito provocar o aparecimento de uma concepção anunciadora da noção de verdade: o pensamento deixa de afrmar simplesmente o que lhe agrada para se conformar com a opinião do ambiente (PIAGET 1994, p. 298).

Com base nesta afrmação vê-se que a questão dos limites deve ser entendida como um processo de construção na criança, processo este que, nada mais é senão o desenvolvimento moral da criança. Para o autor, o desenvolvimento moral depende das relações sociais que a criança estabelece.

Sabendo das constantes mudanças na nossa sociedade, para sobreviver nela, há de se ter a capacidade de pensar, de refetir sobre o mundo. Por isso, a educação moral deve pretender formar futuros cidadãos capazes de enfrentar desafos e mudanças na sociedade de forma ética e consciente. A imposição de limites bem estabelecidos pela família, apoiam a escola na formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar e relacionar-se moralmente, primeiro dentro da escola e depois no mundo.

Mas afnal, o que são limites? Segundo o dicionário Aurélio, limite signifca: a) linha de demarcação; b) divisa, fronteira; c) extremo, fm; d) ponto que não se deve ultrapassar. De algumas gerações para cá, verifca-se uma mudança radical e signifcativa na posição dos pais quanto à colocação dos limites e das regras disciplinares em seus filhos. Isso porque o excesso de razão tem feito com que os pais não corrijam seus filhos com convicção. Estudos trazem em suas teorias o trauma da correção, afrmando que ela, em muitos casos, pode impedir o desenvolvimento da independência da criança, tornando-a insegura. Não diria que é por isso, mas pela falta de informação e formação dos familiares que muitos deles passam a questionar sobre o momento certo para corrigir seus filhos e aplicar as regras. Então, pergunta-se quem, hoje, poderá transformar as crianças em verdadeiros vencedores? Quem são os heróis e exemplos dessas crianças, que clamam por socorro quando maltratam um colega ou cometem pequenas infrações. Muitas vezes, elas só estão refetindo as ações que testemunharam dos adultos que, naturalmente, cometem atrocidades morais às vistas de qualquer um.

Na crônica os netos de Lennon, o autor Walcyr Carrasco fala das crianças que não conhecem a palavra não e relaciona isso com a problemática de comportamentos inadequados na sociedade. Dizer não é tão importante quanto alimentar, pois ele ensina que nem sempre o mundo lhe dirá um sim, evitando frustrações. A criança que aprende a receber um não também o dirá às drogas, ao álcool, ao sexo prematuro; dirá não aos pequenos furtos, à desonestidade, à falta de respeito, à mentira. Dirá não a tudo que tentar substituir a família.

Carrasco, na verdade, fez uma crítica

a postura familiar que, em muitos casos, não sabe educar e estabelecer limites aos filhos. O comportamento desses pais pode ser fruto da época em que a principal regra era quebras as regras por causa da ditadura militar. O não que era para ser dito ao autoritarismo militar, passou a ser dito aos pais. Ganharam-se algumas coisas, muitas se perderam e outras se transformaram: a inversão do respeito e valores.

Essa inadequação na educação também compromete todo o processo de ensino aprendizagem nas escolas. Estudos atuais revelam que para a escola dar conta do ofício de instruir e educar é necessário que ela aprenda a trabalhar essas questões comportamentais concomitante a outras relacionadas ao aprendizado dos conteúdos que supram a ausência do papel da família, mas não nunca conseguirão substituí-las.

Porém, o conflito se agrava quando a escola, mesmo após ter tentado novas metodologias de trabalho, projetos interdisciplinares, avaliação participativa, entre outros, não consegue persuadir o aluno a aprender e se desenvolver no ambiente escolar. Aí, ocorre que muitos desses pais, por problema já citados, que delegaram a responsabilidades para a escola, não aceitam quando essa mesma escola exerce o papel que deveria ser deles. Em outras palavras:

> Os pais não têm condições emocionais de suportar sua parcela de responsabilidade, ou culpa, pelo mal rendimento escolar, ou algum transtorno de conduta do filho, farão de tudo para encontrar argumentos e pinçar fatos a fim de imputar aos professores que reprovaram, ou a escola a total responsabilidade pelo fracasso do filho (ZIMERMAN, appud BOSSOLS 2003, p. 14)

Diante do despreparo para enfrentar os inúmeros conflitos na educação de crianças e jovens, a escola também se sente frustrada por parecer incompetente aos olhos da sociedade. Logo, percebe-se a primordialidade mútua entre essas duas instituições e a necessidade de um estreitamento de suas relações em busca de uma qualificação com mais qualidade, evitando uma confusa transferência de responsabilidades.

Por tudo isso é que atualmente estudos reforçam a necessidade de uma parceria entre família e escola, que embora apresentem valores e objetivos próprios no que se refere à educação, uma necessita da outra e quanto maior for à diferença maior será a necessidade de relaciona-se. Uma educação em consonância é peça fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Outros estudos acentuam que a obrigação de estreitar laços deve partir da escola, que é o senso crítico. Assim, o primeiro passo para desenvolver um bom trabalho, seria conhecer profundamente o aluno e sua família. Para isso, vale ressaltar que é necessário que a escola abra a suas portas as famílias e que garanta sua permanência. Nesse sentido, Bertrand (1999, p.29) afirma que as reflexões avançam hoje, para identificação de características que influenciam as diferentes práticas de cidadania pelo mundo a fora. Há inúmeras estratégias para a construção de uma sociedade democrática e humanizada. Assim, a escola deve sempre envolver a família dos educandos em atividades escolares. Não para falar dos problemas que envolvem a família atualmente, mas para ouvi-los e tentar engajá-los em algum movimento realizado pela escola.

Família-escola - construindo uma relação

Como parte integrante das instâncias colegiadas da escola representadas nas tomadas de decisão por: Conselho de escola, Conselho de classe, Grêmio estudantil e Associação de pais e mestres, a família nem sempre tem participado de forma efetiva de tais instâncias, ora por conta da falta de motivação por parte da escola, ora por desconhecerem a real importância desta contribuição. É possível ver que tal atuação tem sido realizada em caráter burocrático, em cumprimento de normas da fiscalização, como bem apontou Veiga (2003).

Resultado do crescimento da comunidade e ao mesmo tempo instrumento em favor da escola, o Projeto Político Pedagógico apresenta desafios atuais, ao passo que abarca questões sociais significativas. Neste contexto, a figura da família, como representante legítimo do cenário social no qual a escola está inserida, digna de ser ouvida e convidada às questões que a escola deve deliberar em benefício da coletividade, incluindo também as perspectivas pedagógicas.

Incorporar a família no processo de elaboração e também de execução do Projeto Político Pedagógico demanda compromisso social, o que significa romper com aquela concepção ingênua da escola como mera agência de transmissão de saberes historicamente acumulado.

Julgar a importância de um planejamento pedagógico norteado pela construção coletiva, há que se considerar a participação de forma efetiva da família enquanto instituição neste processo. Uma escola que não promove essa integração ou não ouve aos anseios da família não pode dizer-se democrática, atual e tão pouco garantir-se eficiente. Ao ignorar a realidade da comunidade intra e extraescolar e vedar a sua participação, a escola reforça seu papel como veículo de promoção da exclusão social, ao passo que

desconsidera o cenário político, histórico e social sob o qual se dá a prática pedagógica.

Considera-se aqui como participação efetiva da família na escola não apenas a frequência em reuniões de pais e mestres ou o auxílio em atividades extraclasse (lição de casa), mas também, a oportunidade de discutir questões de ordem político pedagógica que estruturam e fundamentam o Projeto Político Pedagógico na busca pela qualidade da educação oferecida e exercício da cidadania por meio da participação nas tomadas de decisão da instituição.

Não se pode deixar de esclarecer que envolver a família em questões político pedagógicas, não significa isentar a escola de seu papel, transferir suas responsabilidades ou decretar a sua ineficiência diante de sua própria função - mas deixar de gestar uma prática autoritária, antiquada, antidemocrática para garantir à família a liberdade de exercer a liberdade popular em seu sentido pleno.

Por isso, se a escola iniciar seus trabalhos pela compreensão da realidade da comunidade, depois partir para a intervenção e transformação do contexto que se pretende alterar, é inconcebível um Projeto Político Pedagógico escolar sem a família como parte significativa no conjunto de deliberações e sem a adoção de um plano eficiente de gestão com base na democracia. É necessário que a escola seja capaz de incorporar e considerar as pluralidades em nível da participação dos colegiados como um valioso instrumento para se pensar como instituição.

Para que haja uma construção de conhecimento positiva, faz-se necessário o envolvimento de pais, família e escola. Não se discute o fato de que a relação pais-filhos e professores-alunos deva ser envolvida por laços de afetividade para se alcançar os objetivos almejados. Mas, também, a relação família-escola e vice-versa só se efetiva quando a afetividade for inerente nesse convívio.

Diante desse fato, faz-se necessário refletirmos mais uma vez sobre o significado da afetividade segundo Ferreira:

> Conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre dá impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza (1999, p.62)

Isso explica porque, muitas vezes, parece que as relações entre escola-família, professor-aluno, família-filho são cheias de conflitos e desentendimentos. A questão da afetividade está diretamente ligada à convivência, com o quanto um se importa com o outro. É o cuidado diário que leva a afetividade, que é uma mescla de sentimentos contraditórios.

Hoje, fala-se muito em relações interpessoais, que nada mais é do que conhecer-se a si próprio e consequentemente ao outro. Porém, os conflitos envolvendo diferenças de opinião aumentam drasticamente. Portanto, é preciso um olhar atento aos processos de mudanças dentro da família e dentro da escola, pois isso trará a maturidade necessária ao convício desses dois grupos e o desenvolvimento social.

CONCLUSÃO

Entre os diferentes conflitos gerados pelas rápidas alterações estruturais na sociedade contemporânea, o choque social entre as instituições de ensino Família e Escola merecem atenção particular. Em especial, o papel da família no contexto escolar e a real importância de sua participação no processo de ensino do ser e do saber.

A carência de valores humanos, a perda da autoridade materna e paterna, do desequilíbrio dos limites e ausência do diálogo reflexivo no seio familiar há muito estabelecidos trouxe à sociedade contemporânea a necessidade de reestruturação e cabe a escola, que precisa livrar-se do tradicionalismo (ultrapassada), a compreensão de que algumas mudanças são necessárias e inexoráveis.

A crise na educação brasileira não é de hoje, pois ao que se deduz de sua história, vários fatores influenciaram a evolução do direito à educação que, até pouco tempo, pertencia somente aos que detinham poder político ou econômico, e marginalizava grande parcela da população. Atualmente, no país há estrutura para atender à demanda, porém com qualidade inferior ao aceitável. Por isso, o estudo sobre a distinção dos tipos de educação (formal, não-formal e informal), onde ela se processa e quem são os responsáveis pelo seu desenvolvimento agregado aos estudos do processo de ensino aprendizagem e desenvolvimento humano foi permitido assimilar que educação é um termo tão abrangente e complexo a ponto de ser tratado como obrigação social.

A partir de uma sucinta definição de família no contexto histórico e contemporâneo, os destaques foram às implicações de seu distanciamento no cotidiano escolar do filho. Esse assunto foi contemplado a partir do entendimento do complexo desenvolvimento humano e do processo de ensino aprendizagem. Daí, percebeu-se que em muitas famílias não há discernimento do quanto sua falta faz mal ao desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo. O correto seria dizer que se lhes falta tempo, o diálogo articulador do pensamento reflexivo, que é a melhor maneira de pensar, pois ele abrange um estado de dúvida que pode ser definido

como repertório de ação, seria o melhor atalho para desfazer esse entrave. Cabe aqui dizer que a família é a base para a construção de uma sociedade, mas que as características sociais são herança da educação familiar. Eleva-se, assim, ao nível máximo de importância a participação familiar no processo de ensino aprendizagem.

Por ser tratar de um estudo sobre questões humanas, sabe-se que há muito ainda a ser desvendado, no entanto, ao final desse estudo, cujo mote era refletir a real importância da família na construção do ser e do saber, chegou-se a reflexão sobre o novo paradigma contemporâneo: não há como Escola e família continuarem tão separadas. Elas precisam estabelecer e definir condições e propósitos, fazer brotar a semente para colher os bons frutos do sucesso do indivíduo como cidadão em todos os seus aspectos, níveis e momentos, tornando-os adultos críticos, autônomos, reflexivos, conscientes e construtores de um mundo mais humano e feliz.

Diante disso, não bastante fosse à complexidade da educação, elevou-se a multiplicidade do papel da escola contemporânea que precisa ultrapassar o mero dever do ensinar e orientar o aluno a, também, conduzir e orientar a família sempre e quando for necessário. Por essa razão, chamou-se a atenção da escola para construir uma nova educação aceitando que algumas coisas mudaram e não voltam mais e que o PPP pode ser um grande aliado desde que haja uma gestão democrática e participativa esmerando no maior desafio escolar de todos os tempos: escrever um novo capítulo na história da educação brasileira que ainda está estagnada na oferta e demanda como sinônimos de qualidade.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, L.A. (org). Cidadania e Educação: Rumo a uma prática significativa, Papirus, 1999.

BRANDÃO, C. Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente/Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. – Brasilia: MEC, ACS, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

DELORS, Jacques (1999). Os quatros pilares da educação - um tesouro a descobrir.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar, 1999.

LUCENA, Carlos. História, Trabalho e Educação: possibilidades e perspectivas para a investigação no Histedbr. - Universidade Federal de Uberlândia.

PIAGET, Jean. O Juízo Moral da Criança (1997) Editora São Paulo.

TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. - 1ª Edição. São Paulo: Editora Gente, 1996

_____. Quem ama, educa – São Paulo: Editora Gente,2002.

STEINBERG, Laurence. 10 princípios básicos para educar seus filhos. 1ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

VEIGA, Alencastro. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

ZIMERMAN, David Epelbaum. A psicanálise e a Escola. In: BASSOLS, Ana Margareth S. at AL (org). Saúde mental na Escola: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre.